



## **Aliança do Pacífico: proposta e desafios na inserção internacional da América Latina**

Alessandra Cavalcante de Oliveira  
Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP)  
e-mail: alesolive@gmail.com

### **Resumo**

O artigo busca discutir o papel da Aliança do Pacífico em promover uma maior integração regional e em qual medida sua consolidação poderia contribuir para uma melhor inserção internacional da América Latina. Para tanto são analisados os principais objetivos do bloco e as ações que estão sendo implementadas. A análise permite constatar que a Aliança do Pacífico vem ganhando espaço na medida em que outros blocos da região enfraquecem. Entretanto, os obstáculos existentes dificultam o êxito do projeto em proporcionar uma melhor inserção da América Latina uma vez que é necessário promover políticas com resultados alcançados somente a longo prazo.

Palavras-chave: Aliança do Pacífico; Integração Regional Econômica; Integração Produtiva, Cadeias Globais de Valor.

### **Resumen**

El artículo analiza el papel de la Alianza del Pacífico para promover una mayor integración regional y en qué medida su consolidación contribuirá a una mejor inserción internacional de América Latina. Por lo tanto, analiza-se los principales objetivos del bloque y las acciones que se están implementando. El análisis revela que la Alianza del Pacífico ha ido ganando espacio en la región mientras otros bloques se debilitan. Sin embargo, los obstáculos existentes dificultan el éxito del proyecto para proporcionar una mejor integración de América Latina, ya que es necesario promover políticas con resultados obtenidos sólo en el largo plazo.

Palabras claves: Alianza del Pacífico; Integración Regional Económica; Integración Productiva; Cadenas Globales de Valor

### **Introdução**

A América Latina encontra-se diante de um novo contexto econômico internacional que se apresenta menos favorável que foi a década de 2000. Este cenário é motivado pela desaceleração da China, a queda do preço dos produtos primários e a formação de acordos comerciais megarregionais: o Acordo de Associação Transpacífico (TPP), e o Acordo Transatlântico de Comércio e Investimento (TTIP) – entre os Estados Unidos e a União Europeia – que poderão influenciar na governança



internacional do comércio. Tais fatores têm levado a uma nova configuração dos esquemas de integração latino-americanos. Observa-se que na medida em que projetos de centro-esquerda têm se enfraquecido, novas iniciativas com enfoque de inserção mais liberal vêm ganhando destaque no cenário regional. É neste contexto que surge a Aliança do Pacífico.

O bloco, composto por Chile, México, Colômbia e Peru, visa promover uma maior diversificação de sua produção a partir do incentivo à integração produtiva, a fim de ampliar também a sua pauta exportadora e aumentar os vínculos com a região da Ásia-Pacífico.

A partir da compreensão dos principais objetivos da iniciativa, este artigo busca discutir o papel do bloco em promover uma maior integração regional e em qual medida sua consolidação poderia contribuir para uma melhor inserção internacional da América Latina. Desse modo, são analisados os principais aspectos da sua proposta de integração, limitações e os desafios a serem superados a partir do atual cenário econômico e político vivido pela América Latina.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e as considerações finais. Na primeira seção é discutido o novo cenário mundial e os reflexos na América Latina, como também o nascimento da Aliança do Pacífico. Na segunda parte, o artigo trata sobre as propostas da Aliança do Pacífico para inserção mundial da América Latina. Na terceira seção são apresentados os principais obstáculos e desafios para a Aliança do Pacífico. E por fim, são tecidas as considerações finais.

### **O novo cenário mundial: reflexos na América Latina e o nascimento da Aliança do Pacífico**

No início dos anos 2000, os países da América Latina, em particular da região da América do Sul, desfrutaram de um período de grande prosperidade econômica motivada pelos ingressos advindos do aumento das exportações principalmente para a China, que ocasionou também a elevação dos preços de tais produtos. Esse cenário permitiu que a região desfrutasse de maior estabilidade econômica o qual contribuiu para a diminuição da pobreza em diversos países.

Esse período correspondeu também à ascensão ao poder de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda em diversos países da região com amplo apoio popular. Estes governantes aproveitaram o aumento dos ingressos para promover uma maior presença do Estado na regulação dos mercados e implementar políticas sociais. Esta nova fase foi denominada por alguns autores como regionalismo pós-hegemônico ou pós-neoliberal. É característica deste período o retorno do fortalecimento do Estado, a politização das relações regionais e a promoção de uma agenda desenvolvimentista (SERBIN,



MARTÍNEZ, RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Neste período surgiram blocos como a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana das Américas (ALBA). Este segundo foi denominado como eixo anti-sistêmico, por representar um modelo anticapitalista e anti-imperialista, pelo menos nos discursos de seus líderes, como o então presidente venezuelano Hugo Chávez (RUIZ, 2013).

Com a nova fase vivida pelos países da América do Sul, acreditava-se que estudos embasados na teoria estruturalista, como os realizados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), principalmente nas décadas de 1950-60, sobre os problemas gerados pela forte concentração das exportações em bens primários estariam ultrapassados. Entretanto, mesmo com a prosperidade econômica vivida por alguns países, alguns autores alertavam para o perigo do processo de “reprimarização” a que estava sendo observado na América Latina, pois se trataria de apenas um ciclo que em algum momento terminaria (OLIVEIRA, 2016).

Como previsto em alguns estudos, o ciclo de forte expansão da economia chinesa começou a sofrer uma desaceleração ao final da década de 2000, e com isso, os países beneficiados até então por esse crescimento, passaram a sentir o reflexo desse novo cenário. Esse quadro agravou-se também com a redução dos preços das *commodities* de modo geral (OLIVEIRA, 2016). Desse modo, as economias menos diversificadas, ou seja, mais dependentes da exportação de matérias-primas passaram a sentir um maior impacto com a diminuição de suas receitas, o que acabou refletindo em uma piora de seus indicadores econômicos, como visto na Venezuela. Outros países de economias mais diversificadas, como o Brasil, também foram afetados pela redução da demanda por bens primários.

As dificuldades econômicas enfrentadas por grande parte dos países da América do Sul têm levado também ao agravamento político na região. Os partidos de esquerda e de centro-esquerda, que até então haviam se beneficiado com os fortes ingressos, passaram a perder força. Isso se observa, por exemplo, na Venezuela, que tem enfrentado uma crise política/econômica muito forte. Além desse país, ocorreram também mudanças de governos, em 2016, na Argentina e no Brasil.

Além das dificuldades econômicas que os países da América Latina têm enfrentado, há outros fatores exógenos que preocupam o futuro da região. Um deles é a possível consolidação dos acordos comerciais megarregionais, como o Acordo Transatlântico de Comércio e Investimento (TTIP), entre os Estados Unidos e a União Europeia e o Acordo de Associação Transpacífico (conhecido pela sigla inglesa TPP). As duas negociações, em curso atualmente, poderão influenciar na governança internacional dos fluxos de investimentos e do comércio, uma vez que as regras seriam definidas fora da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com isso, os países latino-americanos, que não fizeram parte desses acordos, não poderão participar da negociação das novas regras do comércio. Como resultado, estes Estados deverão ocupar o papel passivo de meros expectadores sendo obrigados a aceitarem as novas



regras que não necessariamente atenderão seus interesses comerciais, podendo inclusive trazer efeitos econômicos negativos a longo prazo (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com a CEPAL (2014), os países comprometidos nessas negociações representam, em conjunto, cerca de 70% do comércio de bens da América Latina. Trata-se também dos principais investidores estrangeiros na região. Desse modo, caso esses acordos sejam concluídos com êxito, a magnitude, composição e direção dos fluxos comerciais e de Investimento Estrangeiro Direto (IED) dos países da região certamente sofrerão modificações. Estes efeitos serão sentidos de maneira distinta em cada país, dependendo da composição e estrutura geográfica de seu comércio, do grau de participação em cadeias regionais ou mundiais de valor e de sua rede de acordos comerciais, entre outros fatores.

Como citado nos parágrafos anteriores, com os novos acontecimentos da segunda década de 2000 (a redução da demanda chinesa, queda dos preços das *commodities* e o surgimento dos acordos comerciais megaregionais), passou-se a questionar novamente sobre os problemas antigos da América Latina e a necessidade de promover a diversificação produtiva para se tornar menos dependente dos ciclos das *commodities*. É neste contexto que nasce a Aliança do Pacífico no ano de 2012, composto inicialmente por Chile, Colômbia, México e Peru, países considerados liberais no tratamento comercial internacional.

Com a criação da Aliança do Pacífico, houve inicialmente certa resistência por parte de alguns países da região sobre o impacto que a nova iniciativa provocaria na América Latina. O presidente da Bolívia Evo Morales, por exemplo, em inúmeras ocasiões, criticou o bloco dizendo que se tratava de uma estratégia dos Estados Unidos para dividir a UNASUL (OLIVEIRA, 2014).

Alguns autores, inclusive, demonstravam também a preocupação de que o bloco pudesse promover a fragmentação da região ao invés de contribuir para a integração da América Latina (OLIVEIRA, 2013). O estudo elaborado pela CEPAL, embora não faça uma menção direta ao bloco, expõe o seu receio de que a América Latina fosse dividida em duas partes, como aparece na citação:

“Um desafio da maior importância consiste em evitar que se aprofunde a fragmentação da região por afinidades políticas (que por definição são transitórias) ou por alinhamentos geográficos que não refletem adequadamente as realidades do mundo moderno. Em particular, é fundamental evitar que se constitua artificialmente um eixo de divisão Atlântico-Pacífico na região” (CEPAL, 2014, p.110).

Porém, com o novo cenário que está se formando na América Latina, com o enfraquecimento dos projetos de centro-esquerda, observa-se que tem diminuído a resistência por parte de alguns países em relação à Aliança do Pacífico. A Argentina, por exemplo, poucos meses após a posse do governo liberal Mauricio Macri, aderiu ao bloco como país observador (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2016). No final de



2014, representantes do MERCOSUL e da Aliança do Pacífico reuniram-se pela primeira vez em Cartagena de Indias, na Colômbia, para estudar possibilidades de convergência entre os dois blocos (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2015b).

### **As propostas da Aliança do Pacífico para inserção mundial da América Latina**

Considerado um bloco do regionalismo aberto, a Aliança do Pacífico visa promover uma integração profunda entre os seus membros a fim de alcançar a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. A partir da consolidação desse processo, o bloco pretende tornar-se uma plataforma de projeção ao mundo, com destaque para a região da Ásia-Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012a).

A estratégia principal do bloco é promover a integração produtiva para criar cadeias regionais de valor, que contribuam para diversificar a produção, intensificar o comércio na região e se tornar menos dependente da exportação de bens primários. E a partir de uma melhor articulação produtiva, o bloco busca obter uma melhor inserção na região da Ásia Pacífico, principalmente na China, por meio do ingresso de pequenas e médias empresas nas cadeias globais de valor (OLIVEIRA, 2015).

A intenção do bloco de promover a integração produtiva vem em consonância com diversos estudos recentes elaborados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras organizações internacionais, que apontam para importância dos países em desenvolvimento incentivarem as cadeias regionais de valor a fim de diversificar sua base produtiva. Isso porque como explicado, na seção anterior, o cenário atual da América Latina volta a corroborar com a teoria estruturalista desenvolvida pela CEPAL que aponta para os riscos inerentes de um país em concentrar a sua produção em apenas bens primários e assim se tornar menos vulnerável a fatores exógenos, como por exemplo, a redução da demanda por tais produtos, como tem ocorrido nesta segunda década de 2000. Por esta razão, a Aliança do Pacífico tem recebido apoio técnico de várias instituições como a CEPAL, BID, OCDE, CAF para a identificação dos principais entraves e na elaboração de políticas para continuar na consolidação do projeto.

Para tanto, os países integrantes da Aliança do Pacífico tem promovido diversas ações que buscam facilitar o comércio e também a fragmentação de suas produções. Uma das mais importantes diz respeito ao Protocolo Comercial, que entrou em vigor, em maio de 2016, o qual traz temas importantes para a promoção da integração produtiva. O documento reúne um total de 19 capítulos, que inclui a desgravação tarifária, regras de origem e acumulação de origem, facilitação comercial, medidas sanitárias e



fitossanitárias e obstáculos técnicos ao comércio, regras de investimentos e contratação pública, entre outros temas relevantes para incentivar a criação de cadeias regionais de valor (OLIVEIRA, 2015).

Além do Protocolo Comercial, a Aliança do Pacífico tem empreendido diversas outras medidas a fim de impulsionar a integração produtiva e ao mesmo tempo melhorar a inserção de seus integrantes nas cadeias globais de valor. Uma das medidas implementadas pela Aliança do Pacífico a fim contribuir no desenvolvimento de cadeias regionais de valor foi a criação do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP), constituído em 2012 (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012b). Composto por empresários e grêmios representativos, o CEAP discute e apresenta propostas para a facilitação de comércio, medidas para melhorar os fluxos comerciais, investimentos, entre outros temas de interesse. Uma das ações em andamento, coordenada pelo BID, que teve início em 2014, é a elaboração de um estudo para identificação de encadeamentos produtivos entre os quatro países, principalmente entre as micro, pequenas e médias empresas. O CEAP também solicitou ao BID um estudo sobre competitividade logística (CONSEJO EMPRESARIAL DE LA ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014).

Com o objetivo de fomentar a competitividade das PMEs, o bloco implantou o projeto “Sinergia entre os países da Aliança do Pacífico - para o melhoramento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas”. A iniciativa visa promover a troca de conhecimentos e experiências em cada um dos países mediante oficinas nas áreas de: competitividade empresarial; desenvolvimento empresarial; monitoramento e evolução do impacto de programas; e projetos que contemplem essas empresas (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2013).

No início de 2014, foram iniciados os trabalhos com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a fim de auxiliar os membros da Aliança do Pacífico na adoção de políticas que impulsionem a competitividade e a internacionalização das Pequenas e Médias Empresas, assim como de suas exportações e sua incorporação nas cadeias globais de valor (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014). Como resultado desse trabalho, a Aliança do Pacífico divulgou durante a décima Reunião de Cúpula, em julho de 2015, o estudo elaborado pela OCDE para a internacionalização da PMEs (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2015b).

A Aliança do Pacífico conta ainda com apoio das agências promotoras de exportação: ProExport Colombia, ProChile, PromPerú, Proinversión e ProMéxico. As cinco agências têm promovido, desde 2011, um amplo trabalho de divulgação a fim de promover os bens e serviços dos países da Aliança do Pacífico nos mercados internacionais, principalmente na região da Ásia Pacífico. A iniciativa consiste em, por meio da divulgação, atrair investimentos estrangeiros, aumentar as trocas comerciais entre os países, além de instalar representações de promoção conjunta para chegar a novos mercados (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2011).



Na área da educação, a Aliança do Pacífico criou um grupo técnico que visa fortalecer a integração educativa, por meio de ações e cooperação, a fim de dar impulso à produtividade e competitividade dos países integrantes. As áreas prioritárias são: Negócio, Finanças, Comércio Internacional, Administração Pública, Ciência Política, Turismo, Economia, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Mudança Climática (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2015a).

A Aliança do Pacífico também criou, em 2014, o Grupo Técnico de Inovação, que tem como responsabilidade desenhar, propor e coordenar programas e atividades que promovam melhorias produtivas e competitivas nos Estados pertencentes ao bloco (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014b).

Destaca-se também o trabalho iniciado para a convergência entre Aliança do Pacífico e o MERCOSUL, mencionado na seção anterior. Esta medida permitirá que os dois blocos possam atuar na cooperação de temas importantes para a integração produtiva, como infraestrutura, medidas sanitárias e fitossanitárias, obstáculos técnicos entre outros temas, que não envolva a desgravação tarifária. Esta aproximação entre os dois blocos é de suma importância uma vez que as principais multinacionais latino-americanas, que podem exercer papel de empresas líderes na condução da integração produtiva, estão localizadas no Brasil, Chile, Colômbia e México (AMÉRICA ECONOMÍA INTELLIGENCE, 2014).

Por fim, é importante citar os esforços do bloco para se aproximar da região da Ásia-Pacífico. Além de alguns países desta região estarem na condição de países observadores da iniciativa latino-americana, três integrantes da Aliança do Pacífico fazem parte do acordo comercial megaregional, o TTP. A Colômbia é a única que ainda não ingressou no novo acordo, pois uma das condições para fazer parte é ser integrante da Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC). Porém, o país já expressou o seu interesse para tornar-se membro. (OLIVEIRA, 2015).

### **3. Principais obstáculos e desafios para a Aliança do Pacífico**

Apesar da fase inicial da Aliança do Pacífico ter sido bastante dinâmica, pois em quatro anos, os quatro países integrantes conseguiram concluir e colocar em vigor o protocolo comercial, que inclui diversos temas os quais visam facilitar o comércio e também a fragmentação da produção, ainda há inúmeros obstáculos a serem superados.

Um dos principais desafios do bloco é promover a integração comercial entre os seus integrantes, pois o comércio intra-regional é muito incipiente. No ano de 2015, por exemplo, o país a registrar o maior percentual do seu comércio total com os integrantes da Aliança do Pacífico foi o Peru, com apenas



9,14%. Em contrapartida, o país com o menor percentual foi o México, com apenas 1,32% do total comercializado com o mundo no mesmo período (CEPALSTAT, 2016).

O baixo fluxo comercial não pode ser atribuído à presença de barreiras tarifárias, uma vez que mesmo sem entrar em vigor o acordo comercial, o bloco já possuía mais de 80% de produtos sem a incidência de tarifas, como pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 1– Acordos comerciais entre os integrantes da Aliança do Pacífico em vigor e percentual de livre comércio (2012)<sup>1</sup>**

	<b>Chile</b>	<b>Colômbia</b>	<b>México</b>	<b>Peru</b>
<b>Chile</b>	-----	ACE 24 97%	ACE 41 98%	ACE 38 95%
<b>Colômbia</b>	ACE 24 97%	-----	ACE 33 92%	CAN 100%
<b>México</b>	ACE 41 98%	ACE 33 92%	-----	AIC 87%
<b>Peru</b>	ACE 38 95%	CAN 100%	AIC 87%	-----

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da CAN, ALADI, Secretaría de Economía de México, de Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia.

Um das causas para o baixo comércio intra-regional estaria no fato dos três países da América do Sul exportarem principalmente bens primários, que são produtos finais. E no caso de uma integração produtiva, os principais produtos intercambiados são bens intermediários, os quais serão utilizados no processo de transformação para a confecção de um produto final a ser exportado. E o México, por sua vez, apesar de suas exportações estarem baseadas principalmente em manufaturas, este país está inserido na cadeia produtiva dos EUA.

Esses fatores, portanto, estariam desestimulando o aumento do fluxo comercial entre os quatro países. Uma maneira para reverter esse cenário seria por meio da implementação de políticas que incentivem uma maior diversificação produtiva e estimule a criação de cadeias produtivas regionais.

Outro desafio a ser enfrentado pelo bloco trata-se dos custos da distância geográfica. A teoria mostra que o processo de globalização facilitou a fragmentação da produção, uma vez que os custos de transporte foram reduzidos. Porém, o fator distância continua importando. Neste sentido, um grande desafio é como integrar o México com os demais parceiros do bloco. Determinados setores, como o

<sup>1</sup> ACE: Acordo de Complementação Econômica, firmada no âmbito da Associação Latino-americano de Integração (ALADI); CAN: acordo firmado no âmbito da Comunidade Andina, AIC (Acuerdo de Integración Comercial) fora do âmbito da ALADI.



automobilístico, por exemplo, teriam grandes dificuldades em distribuir o seu processo de produção (OLIVEIRA, 2015).

Outra questão importante diz respeito à necessidade da presença de uma economia líder para impulsionar a integração produtiva por meio de Investimento Estrangeiro Direto. Ao pensar em Aliança do Pacífico, o país de maior economia seria o México. Porém, esse país foi o integrante que menos se beneficiou com o Nafta por ter deixado de implementar políticas importantes e também pela opção de se inserir em tarefas de menor valor agregado. Com isso, observa-se que a falta de uma economia líder seria mais um obstáculo para o avanço do projeto da Aliança do Pacífico.

Uma possibilidade para superar esse obstáculo seria a aproximação de outras economias mais diversidades da América Latina, como o Brasil, por exemplo. Para tanto, o trabalho de convergência iniciada entre o MERCOSUL e Aliança do Pacífico mostra-se de fundamental importância para o avanço da integração produtiva na região.

Um obstáculo a ser superado diz respeito à eficiência logística, qualidade de infraestrutura, entre outras variáveis referentes à facilitação de comércio. Estas variáveis são calculadas anualmente pelo Banco Mundial e os países da Aliança do Pacífico costumam atingir uma pontuação mediana. Esses indicadores revelam os déficits ainda existentes em infraestrutura e logística, que precisam ser superados para deixar de ser mais uma barreira ao processo de fragmentação da produção (BANCO MUNDIAL, 2015). Somente assim, os produtos latino-americanos poderão se tornar mais competitivos e os países da região conseguirão ter uma melhor inserção no mercado internacional.

Para medir a eficiência para o escoamento da produção, o Banco Mundial criou o Índice de Eficiência Logística. Esse índice reflete as percepções logísticas de um país baseado na eficiência do processo de despacho alfandegário, qualidade da infraestrutura relacionada ao comércio e ao transporte, a facilidade de acordar embarques a preços competitivos, a capacidade de seguir e rastrear os envios, a frequência com a qual os embarques chegam ao destinatário no tempo programado. O índice varia de 1 a 5, sendo o valor mais alto considerado o melhor desempenho (BANCO MUNDIAL, 2015).

Além do índice de eficiência logística, o Banco Mundial calcula anualmente o indicador de encargos de procedimentos alfandegários. Para esta variável é atribuída uma nota que vai de 1 a 7, sendo o valor máximo considerado o mais eficiente, de acordo com a percepção dos empresários entrevistados pela pesquisa de opinião do Fórum Executivo da Economia Mundial.

Abaixo é apresentada uma tabela com as diversas variáveis referentes à facilitação de comércio para cada integrante da Aliança do Pacífico.

### **Tabela 1- Indicadores de facilitação de comércio**

(2014)

País	Índice de Desempenho Logístico de 1 a 5	Procedimentos Alfandegários de 1 a 7	Tempo em dias	
			Exportar	Importar
Chile	3,26	5	1	1
Colômbia	2,64	3,6	3	2
México	3,13	4	2	2
Peru	2,84	4	3	2

  

País	Índice de Conectividade de Transporte <sup>2</sup> 0 a 100	Qualidade da Infraestrutura <sup>3</sup> de 1 a 7	Documentos	
			Exportar	Importar
Chile	32,5	5	5	5
Colômbia	33,1	3,7	4	6
México	40,1	4,3	4	4
Peru	33,6	3,7	5	7

Fonte: Banco Mundial

Nas declarações presidenciais, os quatro países defendem que uma maior vinculação com a região da Ásia Pacífico, além de possibilitar o aumento das exportações, incentivaria a atração de IED. Porém, os investimentos da Ásia-Pacífico destinados à América Latina são principalmente na área de recursos naturais. Esses dados refletem o padrão de comércio realizado entre eles com um forte caráter interindustrial. Desse modo, não se pode esperar que uma maior aproximação entre as duas regiões modificará o tipo de IED recebido pelos países asiáticos ao menos a curto prazo.

### Considerações Finais

Como mostrado neste artigo, a análise do atual cenário da América Latina permite observar que a Aliança do Pacífico vem ganhando espaço na medida em que outros blocos da região enfraquecem. Se no momento de sua criação, o debate sobre a possibilidade de o bloco promover uma maior fragmentação regional era bastante intenso, observa-se que em anos recentes já se vislumbram o caminho de uma convergência com outras iniciativas.

O bloco tem como um dos principais objetivos promover a diversificação de sua produção a partir da integração produtiva e, com isso, melhorar também a inserção de seus integrantes no mercado internacional. Para tanto, a iniciativa tem realizado diversas ações que buscam facilitar o comércio e a fragmentação da produção, além de se inserir de forma competitiva nas cadeias globais de valor.

<sup>2</sup> O índice de conectividade avalia o quanto os países estão conectados na rede global marítima.

<sup>3</sup> O indicador de qualidade de infraestrutura é medido a partir da percepção dos empresários em relação às facilidades dos portos de seus países.

Entretanto, como mostrado neste artigo há inúmeros obstáculos que dificultam o êxito do projeto da Aliança do Pacífico. Um dos maiores desafios do bloco é dar continuidade às diversas ações que vêm sendo implementadas desde a sua criação uma vez que é necessário promover políticas com resultados alcançados somente a longo prazo. Por esse motivo, a iniciativa deve ser conduzida como uma política de Estado e não como um mero plano de apenas um governo.

Importante também que na medida em que o processo de integração produtiva avance outros países da América Latina também participem do projeto, não necessariamente como membros do bloco, mas convergindo em temas possíveis, como foi proposto para o MERCOSUL. Somente assim, será possível que o processo de integração produtiva obtenha êxito e possa melhorar a inserção internacional da América Latina como um todo.

### Referências Bibliográficas

ALIANZA DEL PACÍFICO. **Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico**, 2012a. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/documentos/>. Acesso em: 16 Nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Becas**. 2015a. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/becas/>. Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaración de Mérida**. Mérida, 2011. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/documentos/>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaración de Paracas**. Paracas, 2015b. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/documentos/>. Acesso em: 16 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaración de Paranal**. Paranal, 2012b. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/documentos/>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Cooperación (GTC)**, 2013. Disponível em: [alianzadelpacifico.net/cooperación](http://alianzadelpacifico.net/cooperación). Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaración de Puerto Varas**. Puerto Varas. 2016. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=7888>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaración de Punta Mita**. Punta Mita, 2014. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/documentos/>. Acesso em: 16 nov. 2015.

AMÉRICA ECONOMÍA INTELLIGENCE. **Ranking 100 Multilatinas 2014**. 2014. Disponível em: <http://rankings.americaeconomia.com/multilatinas-2014/ranking/>. Acesso em 15 out. 2016.

BANCO MUNDIAL. **World development Indicators: Trade facilitation**. 2015. Disponível em: <http://wdi.worldbank.org/table/6.7>. Acessado em 10 dez. 2015.



CEPAL. **Integração Regional:** Por uma estratégia de cadeias inclusivas. Santiago do Chile: Nações Unidas, maio de 2014. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/52743/Integracaoregional.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2014.

CONSEJO EMPRESARIAL DE LA ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración del Consejo Empresarial de la Alianza del Pacífico.** 2014. Disponível: <<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=2159>>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, A.C. A planificação prospectiva na América Latina: análise das ações conjuntas para o desenvolvimento regional. In: CUERVOS, M (edit.) **Prospectiva en América Latina y el Caribe:** Instituciones, enfoques y ejercicios. Revista Serie Seminarios y Conferencias. n° 86. pp 17-31. 2016. Santiago de Chile: Nações Unidas. 2016.

Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40300/1/S1600202\\_es.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40300/1/S1600202_es.pdf)>. Acesso em 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Alianza del Pacífico: de la fragmentación a la convergencia en América Latina. In: BUEVAS, E.P.; GEHRING, H. (edits). **Alianza del Pacífico: mitos y realidades.** Cali: Editorial Universidad Santiago de Cali. 2014.

Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_40812-1522-4-30.pdf?150325172409](http://www.kas.de/wf/doc/kas_40812-1522-4-30.pdf?150325172409)>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Aliança do Pacífico: desenvolvimento regional e governança. Lagos, R. (coord.). **A América Latina no mundo:** desenvolvimento regional e governança internacional. São Paulo: EDUSP. 2013.

\_\_\_\_\_. **Aliança do Pacífico: um estudo da iniciativa de integração produtiva na América Latina.** 2015. 227f. Tese (Doutorado) – Programa de Integração América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RUIZ, J.B. **Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina.** Santiago de Chile: Instituto de Estudios Internacionales -Universidad de Chile. Revista Estudios Internacionales, vol. 45. n° 175. 2013.

Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/rei/v45n175/art01.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SERBIN, A; MARTÍNEZ, L; RAMANZINI JÚNIOR, H. El regionalismo post-liberal en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. In: SERBIN, A; MARTÍNEZ, L; RAMANZINI JÚNIOR, H. **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe.** Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales. pp. 7-19. 2012.

Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.